

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

PERNAMBUCO

Ata da Centésima Trigésima Terceira Sessão Ordinária do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, no ano de 1994.

001. As nove horas do dia catorze de dezembro do ano 002. mil novecentos e noventa e quatro(14.12.1994), nesta 003. cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, pre 004. sentes os Excelentíssimos Senhores Presidente, 005. bargador Otílio Neiva Coelho, Vice-Presidente, 006. bargador Mauro Jordão de Vasconcelos, Juiz do 007. nal Regional Federal, Dr. José Lázaro Alfredo Guima 008. rães, Juízes de Direito, Dr. José Fernandes de 009. e Dr. Roberto Ferreira Lins, Jurista, Dr. José Newton 010. Carneiro da Cunha, Procurador Regional Eleitoral, Dr. Oll. Joaquim José de Barros Dias, comigo, Humberto Vascon-012. celos, Diretor-Geral de Secretaria, foi aberta a Ses 013. são. Lida e aprovada a Ata da Sessão anterior, o De-014. sembargador Presidente ressalvou a ausência do Dr.Car 015. los Alberto de Britto Lira e concedeu a palavra 016. Dr. José Fernandes de Lemos, que passou a relatar 017. Processo nº 204/94 - REPRESENTAÇÃO-CORREGEDORIA REGIO 018. NAL ELEITORAL, em pauta para julgamento hoje, no qual 019. o Representante do Ministério Público Eleitoral, 020. Joaquim José de Barros Dias, denuncia o Senador 021. de Albuquerque Maranhão pela prática de crime eleito-022. ral, requerendo a cassação do registro de sua candida 023. tura e a declaração de sua inelegibilidade. Após 024. Relatório, o Procurador Regional Eleitoral usou da pa 025. lavra, ratificando os motivos da denúncia e requeren-026. do fosse a representação acolhida. Em seguida, falou 027. o advogado do Representado, Dr. Luiz Carlos Coelho Ne 028. ves. DECISÃO: "Por maioria, contra o voto do Dr. José 029. Lázaro Guimarães, foi considerada procedente a repre 030. sentação, para declarar inelegível o Representado, Se 031. nador Ney Maranhão, por três anos, subsequentes às e-032. leições de 03.10.1994, de acordo com o voto do Rela-033. tor; Peterminous ainda, o T.R.E., encaminhamento de 034. Peças | do Ministério Público Eleitoral para as provi -035. dências que julgar cabíveis. Nada mais havendo a tra-036. tar, foi encerrada a Sessão, do que, para constar, eu, 037. devidamente assinada. √ , Humberto Vasconcelos, Diretor-Geral de

Trace de Vascencilos.

TF - 50